



A luta antirracista nas periferias

OBSERVATÓRIO DA MEMÓRIA

A cidade de Santos como um observatório da memória do Brasil

MORTE DE NEGROS

O Estado em busca da execução perfeita

AGENDA DE LUTAS NOVEMBRO 2019

A luta antirracista nas periferias

O mês de novembro, no Brasil, é marcado por lutas, denúncias e celebrações em torno do dia 20, dia da Consciência Negra. Essa data foi oficialmente instituída no calendário nacional em 2003, como forma de homenagear e não se deixar perder ou apagar da história a luta de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, morto neste dia, em 1695. Zumbi e Palmares representam aqui, então, a resistência de negros e negras contra um sistema escravista e também uma forma coletiva de afirmação e de preservação da cultura negra no país.

Nosso tema neste mês não poderia, portanto, ser outro. Nesta edição da Revista Reconexão Periferias, tratamos da

Nosso tema neste mês é o da luta antirracista a partir da importância da preservação de sua memória.

luta antirracista a partir da importância da preservação de sua memória, para atuarmos no presente e contruirmos juntos e juntas um futuro diferente.

O texto de Nazaré Cruz trata da trajetória pessoal e política da autora: mulher feminista negra, periférica da Amazônia e dirigente do PT Pará. Nazaré descreve seu processo de “tornar-se” negra e sua caminhada militante e fortemente marcada pelo Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE) do PT - JN13, realizado em 2008.

Ressalta a importância da esquerda conscientizar-se sobre o quanto reproduz em sua organização interna os traços da colonialidade brasileira, o que se mostra um grave entrave para o avançar da luta antirracista.

Rodger Richter, por sua vez, nos apresenta um texto resgatando a participação dos negros e negras na União Nacional dos Estudantes (UNE), durante os anos de 2003 a 2016. Rodger destaca o Encontro de Negros e Cotistas da UNE (ENUNE) como decisivo para a incorporação do enfrentamento ao racismo na agenda da entidade em um contexto propício de democratização do acesso da população negra às instituições de Ensino Superior.

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO E ORGANIZADOR DA EDIÇÃO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES NAZARÉ CRUZ, RODGER RICHER, MARINA PEREIRA, RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA E DEISE BENEDITO ■ EDITOR ROGÉRIO CHAVES ■ REVISÃO CLAUDIA ANDREOTTI ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO MARCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO RUA FRANCISCO CRUZ, 234 VILA MARIANA 04117-091 SÃO PAULO/SP WWW.FPABRAMO.ORG.BR

O artigo de Marina Pereira afirma, desde o título, que “A memória é um ato político” e apresenta a memória da cidade de Santos, no litoral de São Paulo, como um exemplo de observatório da memória do Brasil. Santos, desde sua fundação, foi uma cidade de forte resistência de pessoas negras escravizadas, processo esse que até hoje marca seus territórios, uma vez que é considerada a terceira cidade com maior segregação espacial racial.

Raquel Cardoso de Souza traça um perfil político sobre Mãe Nonata, mulher negra, amazônica, Mãe de Santo e militante do PT. Em seu artigo, temos a oportunidade de ver como a história pessoal de Mãe Nonata funde-se com a história política das mulheres negras brasileiras.

Por sua vez, Deise Benedito explicita em seu artigo a denúncia que o movimento negro sempre fez sobre a morte de jovens negros, desde a ditadura militar até os dias atuais. Deise aponta a guerra às drogas como uma das causas mais determinan-

Em um momento de tantos ataques aos direitos e à vida da população negra, esperamos que a leitura desses artigos contribua para a consolidação da importância da luta antirracista.

tes da explosão da população carcerária negra e das taxas de letalidade da juventude negra. Destaca ainda a contribuição fundamental do Hip-hop e do Rap, a partir dos anos 1990, como instrumento de denúncia e formação de subjetividade entre a juventude negra. Trata ainda da questão das jovens negras, que são alvos de agressões e violências tanto na esfera doméstica quanto pública, praticadas pelo Estado. Termina afirmando que o racismo estrutural do Estado brasileiro e o genocídio da juventude negra pode agravar-se ainda mais com a aprovação do “Pacote Moro”.

Por fim, Jackeline Romio e Sofia Toledo debatem a relação entre chacinas e feminicídios, pouco explorada como objeto de estudo. Para tal, as autoras utilizam um banco de dados da Pesquisa da Fundação Perseu Abramo “Chacinas e politização das mortes no Brasil”, que abarca o período de 2015 a 2018. O artigo traz elementos que reforçam a necessidade de inclusão da temática de gênero nas análises políticas sobre chacinas.

Em um momento político brasileiro de tantos ataques aos direitos e à vida da população negra, em especial dos jovens e mulheres, nós esperamos que a leitura desses artigos possa contribuir para a consolidação da importância da luta antirracista como histórica, parte constitutiva das periferias brasileiras e estrutural para a resistência, para o enfrentamento político e para a construção de um outro projeto de sociedade que se queira realmente chamar de anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Trançando meus próprios sonhos

NAZARÉ CRUZ

ARTUR LUIZ



NAZARÉ CRUZ
É MULHER, NEGRA,
PERIFÉRICA DA AMAZÔNIA,
FEMINISTA, MÃE DO
KAWUE SAWANDY, YAO
DE YEWA, MORADORA
DA TERRA FIRME,
TRANÇADEIRA, DIRIGENTE
ESTADUAL DO PT PARÁ,
PROFESSORA DE HISTÓRIA
E COORDENADORA
NACIONAL DA CONEN.

Devido às complicações no parto de minha mãe, nasci em Belém do Pará. Na época, morávamos nos campos do Marajó, no município de Muaná. Vivi minha primeira infância numa fazenda onde meu pai trabalhou como vaqueiro por mais de 30 anos, saímos de lá para que eu pudesse estudar. Meu pai mal sabia assinar o nome, mas era um homem extremamente sábio e carregava com ele os conhecimentos dos Pretos Velhos. Minha mãe era analfabeta das letras,

mas uma grande detentora dos conhecimentos da floresta.

Saber ler e escrever era o meu sonho de criança. Quando o meu pai se aposentou, mudamos para a cidade de Muaná, localizada na Ilha de Marajó, maior ilha fluvial do mundo. Fui alfabetizada aos dez anos e era uma aluna dedicada, comboas notas. Aprendi a ler no caderno, pois na minha escola não tínhamos livros. Somente aos 15 anos tive um livro. Foi presente de minha

madrinha e, olha que ironia, era um livro de História do Brasil.

Em Muaná, tive contato com as lutas sociais, por meio da Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base-CEBS e na Pastoral da Juventude; foi lá também que conheci o Partido dos Trabalhadores. Lembro que providenciei título de eleitora para votar no Lula para presidente na disputa com o Fernando Collor. Desde então o PT acompanha a minha vida.

Aos 17, migro para Belém. Mudei para a “cidade grande”, e fui morar na Terra Firme, um dos bairros mais populosos na cidade, na periferia, lugar que vivo até hoje. As dificuldades multiplicaram, mas seguimos persistindo, pois, estudar sempre foi algo que me moveu. Na ocasião, trabalhava de dia e estudava à noite. Sonhava com um “emprego de carteira assinada”, mas, até realizá-lo, fui me virando para conseguir grana, vendia roupas, fazia e vendi bolsas artesanais de crochê etc. Tempos depois consegui o tal emprego, no qual trabalhei por seis anos como operadora de caixa. Era um trabalho com jornadas exaustivas, tal como é o sistema de exploração brasileiro, com o trabalhador chegando em casa só para dormir e acordando para trabalhar de novo.

“Não se nasce negro, torna-se negro”

E foi na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que comecei a observar a atuação do Movimento Negro. Nesse período, busquei me aprofundar na temáti-

O processo de mutilação que nós mulheres pretas passamos com nossos corpos, principalmente os cabelos, é muito perverso.

ca, me apropriando e compreendendo minha identidade negra, transformando minha maneira de viver. A partir daí, decidi não alisar mais meu cabelo, passando pela transição capilar.

O processo de mutilação que nós mulheres pretas passamos com nossos corpos, principalmente os cabelos, é muito perverso e revela uma das faces mais cruéis do racismo, que é rejeitar algo em nosso corpo. O nosso cabelo não é um acessório, ele reflete a nossa ancestralidade.

Nessa busca de autoconhecimento, encontrei uma trançadeira no meu bairro, e comecei a mergulhar nos penteados afros, descobri a beleza do meu cabelo, e pela primeira vez comecei a me sentir bonita. Mais tarde, trançar cabelos afros se tornou a minha profis-

são e principal fonte de renda. Compreendi que a estética negra é política. Ao trançar os cabelos valorizamos a identidade negra, nos encontramos com nossa ancestralidade, reafirmando nosso pertencimento racial. Atualmente tenho um salão afro na minha quebrada, faço questão de mantê-lo lá. Desenvolvo projetos de valorização da identidade negra através das tranças, com oficinas e palestras, em escolas, movimentos sociais e comunidades remanescentes de quilombo.

Pode parecer irrelevante falar disso, mas não é. O racismo tira o direito de nos acharmos bonitas, nos impondo padrões eurocêntricos, e isso arreventa com a autoestima de pessoas negras.

A militante negra

Certo dia sofri um crime de racismo num shopping da cidade. Ao denunciar, fui acolhida no Conselho Municipal de Negras e Negros de Belém, onde tive suporte psicológico e jurídico. Isso mexeu muito comigo porque eram pessoas militantes

do movimento negro que disponibilizavam tempo para desenvolver esse trabalho. Refleti e decidi que eu também poderia fazer isso por outras pessoas. Daí comecei a militar na pauta, fui para o Movimento Afrodescendente do Pará-MOCAMBO, na Juventude Negra, e foi a primeira vez que estive junto com outras pessoas iguais a mim, que passavam por problemas semelhantes, vivendo por vezes as mesmas coisas.

Neste momento estava acontecendo no Brasil a organização do primeiro encontro Nacional de Juventude Negra, o ENJUNE. Nos inserimos no processo, construímos a etapa estadual no Pará e fomos para a etapa nacional em Lauro de Freitas, Salvador, Bahia, em julho de 2007.

O ENJUNE foi o grande divisor de águas na minha vida. Foi lá que pela primeira vez eu vi um povo, o meu povo denunciando o Estado brasileiro pelo genocídio da juventude negra, apontando soluções através de proposições de políticas públicas. Voltei energizada e decidida a continuar a luta.

Em 2008, em Cajamar (SP), realizamos um Encontro Nacional da Juventude Negra do PT- JN13, espaço de diálogo para dentro do partido, pois nos sentíamos fora na estrutura da JPT e fora da Secretaria de Combate ao Racismo. Nossa organização era horizontal com valores afrocentrados, e foi nesse mesmo ano que conseguimos aprovar cotas raciais na direção da JPT.

Após o ENJUNE, passei a participar de vários eventos nacionais, representando o meu estado e também a Amazônia, que tinha no máximo três pessoas, muitas vezes era apenas eu. Quando reivindicávamos mais participantes da Região Amazônica, ouvíamos que era financeiramente caro. No entanto, a verdade é que no Brasil, quando se trata de Amazônia, as demais regiões sempre acham que podem falar por nós, pensar o que é melhor para nós, nos deixando sempre à margem das outras pautas.

Organizamos a juventude negra e fomos uma das maiores delegações na

Conferência Nacional de Juventude em 2008, o que resultou na aprovação do Relatório do ENJUNE como documento de referência para a construção de Políticas Públicas para a juventude negra, que serviu de suporte e orientação para a Construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade de Jovens Negro, o Juventude Viva, durante o governo da presidenta Dilma.

Neste momento quase se tem um hiato na minha vida política, pois ao me tornar mãe solo em 2011, ouvi que devia me afastar da militância, inclusive do Partido para cuidar do meu filho. Decidi continuar e que os lugares tinham que ser adequar a mim e ao meu filho, pois as mulheres têm o direito, se quiserem, de optar pela maternidade. Mas, infelizmente, preciso dizer que depois da maternidade senti ainda maior o peso do machismo e do racismo dentro da estrutura partidária.

E foi só um ano depois, em 2012, que conseguimos criar a Secretaria Estadual de Combate ao

Racismo do PT Pará, da qual fui eleita a primeira secretária. Depois, assumir a pasta da Secretaria de Assuntos Institucionais e atualmente estou finalizando o mandato na Secretaria de Formação Política do partido.

Em 2014 voltei a estudar. Recebi incentivos de muitas mulheres, mas não tive o mesmo apoio e sensibilidade por parte dos companheiros de partido. Com muita dificuldade, concluí a graduação em Licenciatura em História, e pretendo seguir na academia.

Fiz meu processo de iniciação ao Candomblé estando na direção partidária. Foi bem interessante porque as pessoas vinham perguntar como deveriam me tratar e o espaço teve que se adequar a mim. No decorrer do tempo, as pessoas se acostumaram.

Na última eleição dos setoriais, em 2016, fui candidata à Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Foi uma disputa dolorosa, difícil e reflexiva. Ser mulher, jovem, mãe solo e da Amazônia, eram

Acredito que a esquerda precisa perceber o quanto reproduz em sua organização interna os traços da colonialidade brasileira.

predicados que me desqualificavam para ocupar aquele lugar. Por outro lado, foi muito bonito ver a minha geração lutando junto comigo naquele processo. Ver outras mulheres jovens me acolhendo e cuidando de mim, isso me revigorou. Atitudes como essas nos fazem acreditar que é possível mudar.

Atualmente, além de compor a executiva estadual do PT do Pará, estou na suplência do Diretório Nacional. E como a política não é um lugar pensado para as mulheres, e para as mulheres negras menos ainda, não é fácil chegar nesse lugar e nem estar lá, pois a minha competência é testada a todo momento e os lugares subalternos são os sempre pensados para mim.

Não basta ter secretarias setoriais de Mulheres,

Combate ao Racismo e LGBT, se no momento das disputas, os homens brancos cis heteros acreditam que podem representar tudo e a todas nós, sendo eles os vereadores, deputados e senadores há mais de 20 anos. Precisamos reoxigenar o partido, realizar uma mudança de postura, torná-lo mais leve e mais atraente para que as pessoas se sintam bem, se fortaleçam e, juntas, possamos continuar lutando por uma sociedade democrática e plural.

Acredito que a esquerda precisa perceber o quanto reproduz em sua organização interna os traços da colonialidade brasileira e repensar a forma como acolhemos as mulheres negras e mães nos espaços políticos. Precisamos fazer da política partidária algo menos duro e mais afetuoso, pois ainda existe distância entre o discurso e a prática. É preciso nos reinventarmos diariamente. Um dos grandes desafios é mudar a estrutura, e nós viemos para provocar mudanças e, no mínimo, incomodar, porque se não for para isso, não tem sentido estar aqui. ■

Participação de negros na União Nacional dos Estudantes (UNE)

RODGER RICHER

RODGER RICHER
É GRADUADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFBA, MESTRANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA NA UNICAMP, BOLSISTA DE MESTRADO DO CNPQ E PESQUISADOR DO NEPAC.

1. DADOS OBTIDOS NO SITE DA UNE. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://UNE.ORG.BR/PRESIDENTES/](https://une.org.br/presidentes/)>. ACESSO EM: 12.08.2019.

2. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://UNE.ORG.BR/PRESIDENTES/ORLANDO-SILVA-JUNIOR/](https://une.org.br/presidentes/orlando-silva-junior/)>. ACESSO EM: 30.07.2019.

3. PARA MAIS INFORMAÇÕES: <[HTTPS://UNE.ORG.BR/PRESIDENTES/CARINA-VITRAL/](https://une.org.br/presidentes/carina-vitral/)>. ACESSO EM: 30.07.2019.

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a mais antiga entidade de representação estudantil universitária do Brasil. Ao longo da história, diversos grupos políticos assumiram a sua direção. A presidência, maior cargo da UNE, foi ocupada exclusivamente por homens não negros

até a década de 1980. A partir de então, foi liderada durante algumas gestões por mulheres brancas¹. Apenas em 1995 um homem negro a presidiu². Vinte e um anos depois, em 2016, uma mulher negra³ assumiu a presidência interinamente durante três meses. Ao longo de 82 anos de existência,

pessoas negras assumiram o seu maior cargo por apenas dois anos e três meses.

Buscando superar as desigualdades raciais, em 1999 a UNE criou a Diretoria de Combate ao Racismo, e em 2007 passou a organizar os Encontros de Negros e Cotistas da UNE



(ENUNE), incorporando o enfrentamento ao racismo na sua agenda e contribuindo para a pluralização da participação discente nos seus fóruns. Essa mudança provocou alguns deslocamentos em relação à *identidade coletiva* (MELUCCI, 1996) do movimento estudantil, que passou a questionar a ideia do “estudante universal” e a abarcar uma série de demandas de grupos específicos. Desde então, estudante passa a ser dito no plural. No entanto, algumas questões provocam este trabalho: Que condições tornaram possível a realização do evento? Quais são os efeitos desse encontro nas dinâmicas organizativas da entidade?

Nesse sentido, busco apresentar sumariamente como o ENUNE emerge na UNE e quais resultados provoca na entidade. Sustento a hipótese de que o contexto político marcado pela implementação das cotas raciais a partir de 2003 em diversas

A presidência, maior cargo da UNE, foi ocupada exclusivamente por homens não negros até a década de 1980.

A partir de então, foi liderada durante algumas gestões por mulheres brancas.

universidades públicas estaduais e federais (sob a iniciativa dos seus respectivos Conselhos Universitários), a “Lei de Cotas”, em 2012; a implementação do Programa Universidade Para Todos (ProUni), em 2005; e a emergência do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), em 2007, abriram inéditas *oportunidades políticas* (TARROW, 2009) para que a UNE incorporasse a discussão racial, tanto que o ENUNE emerge nesse período.

O I ENUNE surge em 2007, em Salvador, na Faculdade de Arquitetura

da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Conforme o projeto do V ENUNE, esse evento contou com a participação de aproximadamente 100 estudantes do país e representou uma transformação nos *repertórios organizacionais* (CLEMENS, 2010) da UNE na medida em que tal entidade nunca havia organizado um encontro nacional voltado exclusivamente para a discussão racial.

O II ENUNE, realizado em 2009 na UFBA, reuniu cerca de 200 estudantes. As discussões do evento giraram em torno da importância das políticas afirmativas no Ensino Superior. Por sua vez, realizado em 2011 nesse mesmo local, o III ENUNE contou com aproximadamente 400 estudantes e também debateu a centralidade das ações afirmativas na educação. O mote “O Brasil após a expansão das políticas de ações afirmativas: perspectivas e desafios” apontava para a necessidade de reali-

zar um balanço sobre a implementação dessas políticas. Esse mote se justifica, talvez, pelo contexto em que o evento estava inserido, marcado pelas discussões sobre a constitucionalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB), em 2012, no Supremo Tribunal Federal (STF).

O IV ENUNE, realizado em 2015 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), marca uma mudança na forma de organizar os encontros. Apresenta um mote mais amplo “O Brasil que queremos para a população negra”, reunindo mais de 600 estudantes. Esse evento abordou temas que foram além das políticas afirmativas na educação, envolvendo a participação de grafiteiros, rappers, capoeiristas etc. A sua realização no bairro do Cabula coincide com a “Chacina do Cabula”, episódio brutal ocorrido em Salvador, no qual cerca de 12 jovens negros foram mortos pela ação policial. Ao final desse

Buscando superar as desigualdades raciais, em 1999 a UNE criou a Diretoria de Combate ao Racismo e em 2007 passou a organizar os Encontros de Negros e Cotistas da UNE

evento, ocorreu um ato na encruzilhada próxima à UNEB, cobrando respostas do governo estadual. Desde então, todos os ENUNES se encerram com um ato público.

Por fim, em 2016, ocorreu o V ENUNE, com a participação de mais de 2500 pessoas no Centro de Esportes da UFBA. Com o tema “Minha presença te incomoda? Conquistar direitos e afrontar o racismo”, o evento ampliou a discussão para além da pauta educacional, debatendo o genocídio da população negra, o feminismo negro, a estética negra e a sua relação com a política etc. Ao final, fez-se um

ato em uma encruzilhada no bairro de Ondina.

O V ENUNE ocorreu justamente durante o golpe de 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência do país. Talvez isso ajude a explicar por qual motivo o encontro quadruplicou o número de participantes em relação às edições anteriores. Ele também coincidiu com a ascensão do movimento cultural chamado “geração tombamento”, liderado por artistas como Karol Conka e ampliado pelas festas da Batekoo na Bahia. ■

REFERÊNCIAS

CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 161-218, 2010.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: __. **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge Press, 1996, p. 68-88.

TARROW, . **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

A cidade de Santos como um observatório da memória do Brasil

MARINA PEREIRA

MARINA PEREIRA

É GESTORA CULTURAL, COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO CIDADÃ DO INSTITUTO PROCOMUM E INTEGRANTE DO GRUPO ACOTIRENES – MEMÓRIA E NEGRITUDE. O PROJETO ACOTIRENES – CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS EM GRUPO E NEGRITUDE, TEM COMO OBJETIVO RESGATAR, CONSTRUIR E DAR VISIBILIDADE A MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE NEGRAS E NEGROS DA BAIXADA SANTISTA, EVIDENCIANDO QUESTÕES RACIAIS NO EIXO CULTURAL, POLÍTICO, SOCIAL NO TERRITÓRIO.

QUILÔMBO CAÇANDOQUINHA – DANIEL ZANINI H.



Santos, no litoral de São Paulo, é umas das nove cidades que compõem a região metropolitana conhecida como Baixada Santista. Uma das mais antigas do país, apresenta grande valor histórico por acompanhar o crescimento e a evolução do Brasil em seus primeiros anos de colônia até os dias atuais. Sem dúvida, é a cidade mais importante economicamente e histo-

A cidade foi cenário de movimentos sociais e políticos ricos e complexos que marcaram a história do país.

ricamente da região, pois abriga o maior Porto da América Latina. O porto é o principal responsável pela dinâmica econômica,

ao lado do turismo, da pesca e do comércio.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento posicionou Santos em sexto lugar (2016) na lista dos municípios brasileiros por índice de desenvolvimento humano. É o 33º município mais rico do Brasil.

A cidade foi cenário de movimentos sociais e

políticos ricos e complexos que marcaram a história do país. Ao longo do século XIX, Santos é citada como um centro de agitação e organização operárias, dominado pelos imigrantes ibéricos. Ainda na segunda metade do XIX, antes de se tornar a “Barcelona Brasileira”, Santos foi palco de um dos mais organizados movimentos abolicionista e republicano brasileiros.

Era meca de escravos fugidos das fazendas cafeeiras desde, pelo menos, a década de 1860. Eles chegavam a Santos e seguiam para um dos três quilombos existentes na cidade. O do Jabaquara, liderado por Quintino de Lacerda, sargento de patente do Exército e que anos mais tarde foi eleito o primeiro vereador negro de Santos, foi considerado o segundo maior do Brasil – o primeiro foi o de Palmares, em Alagoas. Jabaquara era organizado e administrado por abolicionistas santistas e paulistanos e abrigou alguns milhares de fugidos.

O mais notável deles foi o Quilombo do Pai Felipe,

Ao longo do século XIX, Santos é citada como um centro de agitação e organização operárias, dominado pelos imigrantes ibéricos.

transferido pelos abolicionistas, na década de 1880, para dentro da cidade. Tais quilombos estavam, por sua vez, cercados de bairros de africanos livres, que haviam reformado a antiga estrada que ligava São Paulo à cidade santista e permanecido no seu entorno.

Santos sempre esteve marcada por um intenso trânsito de escravos, libertos e fugidos, os quais se misturavam ao crescente número de trabalhadores do porto, nacionais e imigrantes. Não é à toa que Santos é considerada a Terra da Liberdade. Quando finalmente a Lei Áurea foi assinada, a cidade festejou durante oito dias.

É visível ainda hoje nas ruas – seja pelos nomes dados a elas, seja na arqui-

tetura presente no centro antigo – uma história que um olhar mais atento percebe ter sido esquecida. Há uma neblina que preenche hoje essa cidade e impede que seja visibilizada a memória coletiva de luta e resistência. Talvez isso também explique que a Terra da Liberdade de outros tempos, a cidade sede da Casa de Cultura da Mulher Negra de Alzira Rufino, hoje vergonhosamente esteja, no *ranking* da segregação racial no Brasil, em terceiro lugar entre as cidades mais racistas do país. Além disso, abriga a maior favela de palafitas da América Latina, onde vivem (dados de 2015) mais de 15 mil pessoas.

É importante o resgate histórico para entendermos o que de fato se constrói no presente, diante do viés científico e acadêmico que usamos para validar a história. Que lugar reservamos para a memória? Se a memória é um processo em constante construção, um imenso repertório de narrativas que acumulamos, acionamos e atualizamos a todo tempo, ela nos ajuda a construir histórias, mas as narrativas

produzidas para contar a “história oficial” do Brasil demonstra a barbárie de três séculos “oficiais” da escravidão e a tentativa de apagamento da memória dos negros no país.

“O resgate da memória é essencial para que se preserve a identidade e a cultura, tanto do indivíduo isoladamente considerado quanto do grupo social. A identidade parece não tolerar

o vazio e, assim, os regimes democráticos não podem ser complacentes com as tentativas de subtração das lembranças e de celebração do esquecimento como uma estratégia de superação do passado e de “reconciliação” no presente. A memória não é somente uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder, na medida em que, pela dominação da recordação e da tradição, o grupo se afirma e se reconhece. Há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, que ele define como o sentido da imagem de si, para si e para os outros.” (Mamede Said).

Há em todo projeto político de exclusão e desigualdade, uma clara intenção de que a memória e história não sejam presentes.

Há, em todo projeto político de exclusão e desigualdade, uma clara intenção de que a memória e a história não sejam presentes. Uma sociedade sem a memória do seu passado perde a capacidade de mobilização coletiva.

Voltando para o exemplo trazido através da história da cidade de Santos, não saber sobre o histórico de resistência empreendido por pessoas negras escravizadas, impossibilita a indignação sobre a cidade ser hoje a terceira no ranking de segregação racial. Infelizmente a prática de apagamento é uma realidade em vários territórios do país.

O Dia da Consciência Negra (20 de novembro) é uma data para nos lembrar que Zumbi, um africano que nasceu livre, mas foi

escravizado aos seis anos de idade lutou toda sua vida por liberdade. A história nos fala sobre a escravidão e a memória que atravessa disputas, que é corporal, celular, afetiva e coletiva nos ensina: conquistar a liberdade é conquistar a vida!

Precisamos, como sociedade, atravessar a neblina do esquecimento usado para produção de exclusão. Precisamos ainda reafirmar a existência da subjetividade como arranjo possível na construção da cultura, da identidade e da história de um povo. Tiremos do baú as memórias que nos fundam enquanto povo para preencher assim o vazio do conhecimento e consciência do que constitui o povo negro de humanidade, riqueza, abundância e igualdade. ■

REFERÊNCIAS

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0222l.htm>

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0222>.

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14161/1/2013_MamedeSaidMaiaFilho.pdf

Mulher, negra, militante do PT e mãe de santo: a trajetória de Nonata Corrêa

RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA

No Brasil, personalidades históricas negras tiveram suas trajetórias acometidas de silenciamento. No norte do país, percebemos ainda o processo de invisibilização, sobretudo, por tornar-se usual a concepção de que a presença negra foi pouco significativa para a economia regional que contou, predominantemente, com a mão de obra escravizada indígena. Assim, esse povo sofreu um processo ainda mais denso de solapamento, sendo cerceada sua incalculável contribuição nesse território, e relegada, para além da negação, a um estado de não presença.

É o caso de Raimunda Nonata Córrea, a Nonata do PT, também conhecida como Mãe Nonata. Aos 65 anos, dos quais 40 foram dedicados aos movimentos sociais no Amazonas, ela integrou diversas frentes de luta. Dentre elas, a luta pelo direito à terra e a luta pela igualdade racial e de gênero, atuando ativamen-



te na consolidação de organizações. Como mãe de santo, iniciada na religião há 47 anos, mantém a casa Eira de Mina Nagô Yá Abaoô, fundada em 1985. Em 1988 criou a Associação Nossa Senhora da Conceição e, desde então, constituiu essas instituições como ambientes de reuniões e debates acerca das questões e demandas sociais e políticas da cultura e da religiosidade afro-brasileira.

Mãe Nonata iniciou sua militância em 1979 na Articulação Nacional dos Movimentos Sociais, onde discutia a organização de centrais e movimentos sociais e

populares, caracterizando, em 1980, o processo que direcionaria a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Amazonas. Nesse período, ela manteve diálogo com intelectuais como Nestor Nascimento, idealizador do movimento *Alma Negra*, um dos primeiros a levantar como bandeira a questão da negritude no Amazonas.

“Em 84 nós discutimos o movimento sindical, a tomada do movimento sindical, para a construção da CUT, eu passei a militar, junto com o Movimento Sem-Terra, na questão sindical. Foi a tomada dos sindicatos pe-

RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA
RESIDE EM MANAUS (AM), É FORMADA EM LETRAS PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA) E MESTRANDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES (PPGLA/UEA). FUNDADORA DO COLETIVO PONTA DE LANÇA, QUE ATUA NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL POPULAR E INDEPENDENTE NO REGISTRO DOCUMENTAL DE MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS, DANDO SUPORTE EM COMUNICAÇÃO A MOVIMENTOS SOCIAIS EM MANAUS E NA REGIÃO METROPOLITANA DO AMAZONAS.

legos *pra* esses sindicados irem para CUT[...] E o que ocorreu naquele tempo, quando nós ganhamos o sindicato dos metalúrgicos, eu *junto* com alguns companheiros, assistentes sociais, fizemos uma pesquisa no Sindicato dos Metalúrgicos sobre a questão do que ocorria dentro dos sindicatos, da exploração, e de que forma o distrito industrial era formado. Então, teve uma grande greve aqui, 1984-1985, que o Amazonas parou, aí todo esse processo sindical a gente começou a investir mais na formação dentro dos sindicados[...]”. (Nonata Corrêa – 17/10/2019)

A partir de 1984 passou a atuar ativamente no Movimento Sem-Terra, na constituição do Conselho Social de Desenvolvimento Urbano (CONSU) e, em nível nacional, na Articulação Nacional de Solo Urbano (ANSU), debatendo, como coordenadora, a democratização da cidade. Mãe Nonata também esteve em diversas ocupações em Manaus ao lado de Irmã Helena Augusta Walcout, militante de longa trajetória pelo direito à terra,

consolidando dezenas de bairros nas zonas periféricas da cidade de Manaus. Assim, operou ativamente como delegada, pelos movimentos sociais, na construção dos marcos legais pela garantia de direitos das minorias na Constituição Federal.

No trabalho de assessoria e formação na Central Única dos Trabalhadores (CUT), de 1988 à 1996, auxiliou nos debates sobre as metodologias para consolidação do projeto das Escolas de Formação Sindicais, possibilitando a habilitação de dirigentes, formadores e base.

“Passei praticamente 10 anos trabalhando na CUT, na Formação, foi quando se implantou as escolas sindicais do Brasil, que eram escola norte, duas escolas norte, escola sul, escola centro-oeste e escola nordeste. Fiz parte do projeto de formação de formadores, que a gente dialogava um conceito diferencial da educação para os trabalhadores” (Nonata Corrêa – 17/10/2019).

Em 1998, Nonata passou a compor o grupo

de discussão do plano de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Posteriormente, criou uma rede nacional com os terreiros, realizando seminários com as populações tradicionais via governo federal. Passou a ter militância direta no movimento negro e da religiosidade afro-brasileira, articulando uma organização no Amazonas, inicialmente intitulada Coordenação Amazônica da Religião de Matriz Africana e Ameríndia (CARMA), para discutir a questão da religiosidade no contexto amazônico, composta pela encantaria, pajelança, batuque, fator diferenciador entre as casas de Nagô e Jeje do Candomblé Tradicional. Posteriormente, instaurou a Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (ARATRAMA), com o intuito de discutir políticas para o povo de terreiro, além de formar e informar sobre direitos e deveres, realizando um processo de resgate da identidade cultural deste povo.

“Na campanha do governo Lula, eu fui convidada

pelo Gilberto Carvalho, companheiro que trabalhava comigo no Movimento Sindical, era formador do movimento sindical [...], para fazer uma grande mobilização; essa mobilização tinha a *consciência* de organizar o povo de terreiro e fizemos o primeiro encontro para ver quais eram as propostas, no intuito de uma articulação nacional, com a tomada do governo Lula, e pautar a igualdade racial. Eu fui como formadora da CUT, pois naquela época eu ainda não militava como movimento religioso. A partir do primeiro encontro que fizemos no Maranhão, uma mãe de santo me chamou e disse que eu fazia tudo aquilo e não estava fazendo nada pelo meu povo, e daí eu começo a fazer uma militância para o povo negro, para o povo de terreiro” (Nonata Corrêa – 17/10/2019).

No Partido dos Trabalhadores (AM), ocupou as cadeiras de vice-presidência, secretária geral, secretária de formação e secretária de Combate ao Racismo, afastando-se por

dois anos por conta de tratamento médico:

“A minha militância é constante. Tenho um terreiro e nunca obriguei ninguém a se filiar, mas a gente trabalha num nível de conscientização interna. E nunca me afastei do partido, sempre continuo nessa militância. Organizamos o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus (FPMM); faço parte do Conselho Nacional de Mulheres (CNDM); criamos, antes da minha doença, o Conselho Inter-religioso do Amazonas junto com a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), audiência pública, todo o processo[...] São relações que se mantêm. Eu acho que há um debate rico sobre a identidade, principalmente da questão afro, é um debate que nós avançamos muito pouco, principalmente interno no PT, é um debate que a gente precisa aprofundar mais dentro do Partido, a gente precisa realmente pautar o movimento negro, ainda existem questões que precisam ser trabalhadas entre o mo-

vimento negro e o movimento afro, tem de existir uma compreensão maior do que é essa religião de matriz africana junto aos militantes do PT, porque aí já é uma coisa mais profunda, ela tem de ser muito mais bem trabalhada internamente no PT, e tem de ser pautada com seriedade. Não é só a questão de raça, gênero, não. Ela precisa estar lá no estatuto, mas que os militantes comecem a compreender realmente o que se passa no debate de gênero, o que se passa no debate de raça, da identidade[...] Formar com seriedade os militantes, para que eles assumam seu papel enquanto militante em todo esse contexto” (Nonata Corrêa – 17/10/2019).

Assim, este breve relato da trajetória política dessa mulher, negra, mãe e militante, possibilita-nos realizar a mais genuína tarefa de erguer nossas vozes, *tirar a poeira dos porões* da nossa história e deixar-se ouvir por todos e todas o contar sobre essas tantas brasileiras “Marias, Mahins, Marielles, malês”. ■

Morte da população negra: o Estado em busca da execução perfeita

DEISE BENEDITO

DEISE BENEDITO

BENEDITO É GRADUADA EM DIREITO, ESPECIALISTA EM RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA-SISTEMA PRISIONAL, MESTRA EM DIREITO E CRIMINOLOGIA PELA UNB E EX-PERITA DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT).

1. UM DOS ARTISTAS MAIS POPULARES DO BRASIL NA DÉCADA DE 1960, WILSON SIMONAL (1938-2000) FOI UM CANTOR E COMPOSITOR NEGRO DE MUITO SUCESSO ENTRE 1960 E 1970. DETENTOR DE ESMERADA TÉCNICA E QUALIDADE VOCAL, SIMONAL VIU SUA CARREIRA ENTRAR EM DECLÍNIO APÓS O EPISÓDIO NO QUAL TEVE SEU NOME ASSOCIADO AO DOPS. EM 2012, FOI ELEITO O QUARTO MELHOR CANTOR BRASILEIRO DE TODOS OS TEMPOS PELA REVISTA ROLLING STONE BRASIL.

2. OS INCRÍVEIS FOI UMA BANDA MUSICAL BRASILEIRA DE ROCK AND ROLL DOS ANOS 1960 E 1970, FORMADA EM SÃO PAULO. A MÚSICA "EU TE AMO, MEU BRASIL" FOI UMA CANÇÃO DE EXALTAÇÃO Ufanista da Pátria Brasileira, muito utilizada durante o governo militar do General Médici.

O cruel processo de extermínio/genocídio em terras 'brasileiras' teve seu início com a chegada dos europeus, que não mediram esforços para exterminar os povos indígenas através de diversas formas de violência. Os povos indígenas foram os protagonistas dos cruéis métodos de tortura e maus tratos. Na sequência, houve a despersonalização de jovens africanos na condição de escravizados, com a aplicação dos métodos mais cruéis de tortura e maus tratos, incluindo a mutilação de órgãos. Com a dilapidação das peças, ainda os comercializavam. Afirmando que a Escravidão no Brasil, diante da dimensão dos métodos utilizados para sua manutenção, é uma "Execução Penal sem Crime" a Liberdade vilipendiada através de castigos e perseguições, as sequelas da escravidão são a discriminação racial, seguida pelo racismo institucional e a violência institucional, e o extermínio/genocídio lento gradual e seguro.

Deise Benedito

Há mais de 30 anos o Movimento Negro Brasileiro denuncia a morte de jovens negros durante o período da ditadura militar. Na década de 1960 não foram poucos os jovens negros mortos e torturados, já sob a égide de principais inimigos públicos, pois a cor da pele os identificava como "subversivos", principalmente por estarem vivos, sobretudo após o golpe de 1964 e o AI-5, em 1968. Ser negro é ser subversivo, sob o sol de um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza! Ao

Os anos 1970 foram brutais, com crescimento do tráfico de drogas, armas, extermínios, homicídios e chacina, praticados por policiais e pessoas comuns

som de Wilson Simonal¹ que fazia um Tributo a Martin Luther King em 1968, quando eu era uma criança.

Nos anos 1970, em alusão ao tricampeonato mundial de futebol, havia o juramento à fidelidade ao Brasil, ao som de os 'Os Incríveis', com 'Eu te amo meu Brasil'. Eram também os anos de chumbo e as balas também transfixavam os corpos de jovens negros na periferia no 'Brasil, Ame ou deixe-o', sob a égide da 'Segurança Nacional'. Nos distritos policiais, as sessões de tortura davam o tom para aqueles que não foram mortos. Os programas de rádio e jornais e revistas passaram a dedicar-se ao tema da violência urbana, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, além da violência política do governo ditatorial. Essa foi também a época do auge do "Esquadrão da Morte"².



Os anos 1970 foram brutais, com crescimento do tráfico de drogas, armas, extermínios, homicídios e chacinas, praticados por policiais e pessoas comuns. Os corpos, que em sua maioria pertenciam a jovens negros e pobres, eram “desovados” nas regiões mais afastadas da cidade de São Paulo ganhando as páginas do jornal Notícias Populares³, aquele que ‘quando se espreme, sai sangue’.

Em meio à ditadura, a juventude negra de São Paulo desafiava a vida nos bailes *blacks* ao som de Tony Tornado na BR3⁴ e, no cotidiano, era surpreendida com as

abordagens truculentas das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA). A juventude negra era marcada para morrer.

O enfrentamento dessa juventude negra ao autoritarismo e à discriminação racial se insurge em 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR)⁵, em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê; contra a morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases.

O objetivo era o enfrentamento contra a opressão e a violência policial diante do extermínio/genocídio lento, gradual e seguro da juventude negra.

Nos anos 1980, os 1970

Os anos 1980, mesmo com o fim do governo militar e a restauração do processo democrático, apenas aprofundaram a tendência à violência contra a juventude negra. Os grupos de “extermínio” se intensificaram e eram conhecidos como Justicheiros⁶. Houve aumento do tráfico de drogas, encarceramento, miséria e desemprego, busca pela cidadania perdida, infla-

3. FAMOSO PELAS MANCHETES SENSACIONALISTAS, O JORNAL NOTÍCIAS POPULARES, QUE CIRCOLOU ENTRE OUTUBRO DE 1963 E JANEIRO DE 2001, ENTROU PARA A HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA AO RELATAR CASOS BIZARROS E DAR UM VIÉS MAIS POPULAR AO NOTICIÁRIO, ABUSANDO DE IMAGENS CHOCANTES, CONTEÚDOS VIOLENTOS E SEXUAIS, LETRAS GARRAFAS E LINGUAGEM APELATIVA.

4. “BR-3” É UMA CANÇÃO DE TONY TORNADO COMPOSTA POR ANTÔNIO ADOLFO E TIBÉRIO GASPARI, DEFENDIDA POR TONY NO V FESTIVAL INTERNACIONAL DA CANÇÃO DE 1970. TRATA-SE DE UMA CANÇÃO SOUL NOS MOLDES DE JAMES BROWN. “A GENTE CORRE NA BR-3 A GENTE MORRE NA BR-3 HÁ UM FOGUETE RASGANDO O CÉU, CRUZANDO O ESPAÇO E UM JESUS CRISTO FEITO EM AÇO CRUCIFICADO OUTRA VEZ E A GENTE CORRE NA BR-3 E A GENTE MORRE NA BR-3”

5. O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) É UMA ORGANIZAÇÃO PIONEIRA NA LUTA DO POVO NEGRO NO BRASIL. FUNDADA EM 18 DE JUNHO DE 1978, E LANÇADA PUBLICAMENTE EM 7 DE JULHO DO MESMO ANO EM EVENTO NAS ESCADARIAS DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM PLENO REGIME MILITAR. O ATO REPRESENTOU UM REFERENCIAL HISTÓRICO NA LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO PAÍS.

6. “OS JUSTICEIROS” FOI UM FENÔMENO TÍPICAMENTE URBANO QUE GANHOU PROPORÇÕES DE DESTAQUE NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 1980, PERÍODO DE ABERTURA POLÍTICA E DE MUITA REPRESSÃO POLICIAL VERSUS POUCA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS QUESTÕES DE SEGURANÇA. A AÇÃO DOS JUSTICEIROS FOI UMA CARACTERÍSTICA URBANA, DOS BAIRROS ONDE A PROTEÇÃO POLICIAL É INEFICIENTE.

7. NATURAL DE PERNAMBUCO, BEZERRA DISSE SOBRE SEU NASCIMENTO EM 1927: "ATÉ O DIA DO MEU NASCIMENTO É COMPLICADO. JÁ DAÍ COMEÇA A CONFUSÃO". O PAI DE BEZERRA ERA DA MARINHA MERCANTE E ABANDONOU HERCÍLIA, A MÃE, JUSTAMENTE QUANDO ELA ESTAVA GRÁVIDA DO FUTURO SAMBISTA. BEZERRA CONHECEU O TRABALHO AINDA MENINO.

ção, e o ato contínuo da truculenta ação policial, que se ampliou a passos largos, quando os “agentes do Estado” definiam quem eram os inimigos públicos, a população negra resistia ao som de Bezerra da Silva⁷, como “vítimas da sociedade”. Estava decretada a Guerra às Drogas.

A Casa de Detenção de São Paulo, o maior presídio da América Latina, passa a ficar lotado. A Penitenciária do Estado e o Recolhimento Provisório de Menores (RPM) – que ficou conhecido como FEBEM e atualmente chama-se Fundação Casa – passam a ter sua população crescendo a cada dia, lembrando que estes espaços sempre foram os locais da contenção da existência negra, acompanhado de tortura e maus tratos à carne negra imolada, vilipendiada.

O processo da redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, marcará os movimentos sociais, em particular o movimento negro e de mulheres. A juventude estava em busca da democracia ultrajada devido às práticas de

arbítrio, violência e tortura que perpetuaram durante o regime militar e se estenderiam por décadas até os dias de hoje, tendo como alvo a juventude negra no Projeto “genocida, eugênico e excludente”.

Enquanto isso, o avanço do projeto genocida intitulado “guerra contra as drogas” é considerado por Wacquant (2001) uma das causas mais importantes da explosão da população carcerária e o aumento consistente das taxas de letalidade de jovens negros. O crescente das práticas de ações genocidas/exterminadoras veio acompanhado de um conjunto de ações que incluem o abandono, a multiplicação dos dispositivos ultrarrepresivos contra a juventude negra, a elevação do limite de execução das sentenças de morte pronunciadas e punições rigorosas praticadas pelos grupos de extermínios. Isso expressa ainda o caráter fundamentalmente discriminatório nas execuções.

Anos 1990 - a Pedra

Na década de 1990, o sentimento das pessoas

que vivem na periferia das cidades brasileiras é de medo e perplexidade diante da brutalidade de inúmeros crimes, assaltos e homicídios. A pedra de crack ganha ruas, vielas e mata lentamente dentro do projeto de extermínio e extinção. A violência irrompe e cresce na história com fatos que tendem a se naturalizar, em que muitas vezes a gravidade não é perceptível. O grande espanto é com a aparente frieza e ausência do Estado na garantia de direitos.

As interpelações policiais da população negra e jovem, atreladas ao racismo institucional e estrutural, passam a responsabilizar a própria vítima, numa abordagem policial truculenta cujo resultado é a morte. Na rebelião de presos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no Carandiru, em São Paulo, no dia 2 de outubro de 1992, mais um episódio horrendo. Foram identificados 111 mortos, a maioria jovens negros, de 18 a 25 anos, sem condenação; numa clara manifestação de desumanização e negação do direito

à existência, usando o discurso do “extermínio do mal” para realizar a “purificação étnica”.

Nos muros da periferia da maior cidade brasileira, é possível ver as mensagens de Malcolm X e Public Enemy. Os anos 1990 popularizaram o Hip Hop e o RAP nacional, que ganhou espaço nas rádios FMs, tocando principalmente as músicas dos Racionais Mc's. Vários grupos de Hip Hop se espalharam na cidade, transformando em ritmo e poesia os sentimentos de indignação e emoções com olhar político e suas experiências de sobreviver em uma sociedade excludente e racista com a morte a vista e a prazo.

Hip Hop e luta

O Hip Hop traz a tradição africana de contar histórias de engenho em engenho a partir da oralidade e musicalidade. Histórias que resistiam ao tempo e ressignificaram a cultura africana na luta contra a morte! Sobrevier a ser um homem na estrada e descobrir a verdadeira fórmula mágica

da paz que se traduz nas angústias dos moradores da periferia, jovens sem emprego e sem perspectivas, mergulhados em um cotidiano de desapontamentos constantes, em especial os jovens negros. Por meio do Hip Hop muitos se salvaram. Hoje são mestres, doutores, mestras e doutoras, professores, professoras, que tiveram a chance de ter contato com o Hip Hop e ressignificar a própria existência. Eu tive a honra de conhecer muitos que desafiaram a estatística de não ser mais um RG ou CFP cassado do direito de existir.

Anos 2000 - de traficados a traficante

Os que tiveram seus antepassados amplamente traficados, considerados mercadorias ilícitas no mercado ilegal, atualmente, após a proibição do tráfico de escravos⁸, são considerados “traficantes” de alta periculosidade. Dessa forma, o processo cruel da mercantilização de vidas negras através da prisão ainda se perpetua e tende a gerar grandes lucros com a “privatização

dos presídios”. O capitalismo presente segue com a seletividade penal e o tráfico de drogas como um meio de sobrevivência.

É nítida a relação entre capitalismo, tráfico de drogas e violência no processo de organização da produção, distribuição e consumo de drogas, envolvendo o comércio internacional, que inclui o tráfico de armas. Esse ciclo é vivenciado por jovens negros e negras que sofrem com pobreza, desemprego, violência e exploração de mão de obra barata. Tudo está atrelado ao racismo estrutural que os impede de acessar os direitos sociais. Desse modo, jovens negros ficam sem alternativas e oportunidades de projetos de vida. Consequentemente, as atividades desenvolvidas com o tráfico de drogas tornam-se uma opção possível para a garantia de renda até o momento da prisão ou da morte.

O envolvimento de jovens negros e negras com o tráfico e o crime não pode ser entendido somente no aspecto da

8. O TRÁFICO NEGREIRO FOI UMA ATIVIDADE REALIZADA ENTRE OS SÉCULOS XV E XIX. OS PRISIONEIRAS AFRICANOS ERAM COMPRADOS NAS REGIÕES LITORÂNEAS DA ÁFRICA PARA SEREM ESCRAVIZADOS NO CONTINENTE EUROPEU E NO CONTINENTE AMERICANO. ESSA MIGRAÇÃO FORÇADA RESULTOU NA CHEGADA DE MILHÕES DE CATIVOS AFRICANOS AO BRASIL. O TRÁFICO PASSOU A SER PROIBIDO EM TERRAS BRASILEIRAS SOMENTE EM 1850, POR MEIO DA LEI EUSEBIO DE QUEIROZ.

ilicitude das ações, mas como forma de sobrevivência de muitas famílias. É complexo. Não foram poucas as situações de violência contra as jovens negras, havia situações de marginalidade e tráfico. A violência contra os jovens negros é mais visível por causa do espetáculo dos fatos: mortes, tiroteios, violência física, intimidação, agressão, enfim, uma violência que é realizada no ambiente da rua.

Nos dias de hoje o que temos é a violência que transcende seu sentido mais óbvio, mais “espetacularizado”: o que se observa é a violência social, imposta de alto a baixo, como efeito das profundas discrepâncias na sociedade, marcando e submetendo as relações humanas às faces que levam à morte precoce de jovens negros. No “Movimento” do tráfico de drogas, jovens são aliciados e morrem nas fronteiras dos territórios onde atuam como “soldados”, todos vítimas da ausência do Estado; da ausência de perspectiva de trabalho, cursos profissionalizantes e redes assistenciais sofrem com desem-

prego na família, violência doméstica, dependência química, ausência de transporte público de qualidade, precariedade de áreas de cultura e lazer, equipamentos públicos, enfim, com a negação dos direitos sociais e direitos humanos.

Pouca ou nenhuma diferença faz o extermínio em curso, com grupos de jovens armados que lutam pela preservação do território. Trata-se de “Matar para não morrer”.

Preto mata preto, mas quem puxa o gatilho? O Estado arma o Estado. Portanto, o Estado é coautor de inúmeros assassinatos e também é responsável pela bala perdida que sempre atinge corpos negros “desviantes”.

Jovens negros estão atrás de um fuzil, mas quem segura este fuzil é o Estado. O ferro dos grilhões nos porões dos navios negreiros se transforma no aço das algemas que conduzem à prisão, onde jovens negros permaneceram após a “Audiência de Custódia”. É o mesmo aço da bala que perfura cabeça, tórax e atinge corações de

mães, irmãs, filhas e companheiras que vivenciam a saga de seus antepassados, antes traficados e agora traficantes.

Assim, o Estado brasileiro operacionaliza a gestão dos ilegalismos, possibilitando a total e eficaz efetivação da seletividade que incide através da repressão aos jovens negros, da repressão à população pobre que vive nas comunidades, nas ruas e na periferia. É uma relação bem diferente da estabelecida com as classes médias e altas (que costumamos chamar de ‘os bem-nascidos’), composta por brancos, de bochechas rosadas, que não escravizaram mas se beneficiam dos frutos da escravidão. Ainda nesse contexto, é possível diagnosticar o racismo institucional, reconhecer-se como agente re(produzidor) de desigualdades e de violência, sendo necessária a implementação de políticas públicas que provoquem um processo de desracialização e promova igualdade e combate à violência racial.

Outro fato a se pontuar diz respeito às trajetórias

rias de vida de inúmeros jovens negros e negras, que são marcadas, posteriormente, pelo esquecimento. Desse modo, a morte cruel é esquecida, principalmente quando os fatos que levaram à morte são pouco conhecidos ou completamente desconhecidos, seja por terem sido ignorados ou por não se obter as informações necessárias para o devido esclarecimento.

Assim sobrevivem as jovens viúvas negras, que criaram seus filhos sóz, a exemplo de suas avós, mães e tias. Invariavelmente, muitas são submetidas a outros tipos de violência, como o estupro. Mas, no âmbito privado, sempre há uma espécie de silêncio e, na maioria das vezes, a não intervenção das pessoas externas à relação impossibilita que essas jovens se libertem das situações de violência.

Jovens mulheres negras: morte, genocídio e feminicídio

A imagem da mulher negra atrelada à sexualidade, materialmente “comestível”, brutalizada,

despersonalizada e vista como objeto de prazer, foi perpetuada através do racismo e da discriminação. Elas são vítimas de abusos sexuais e da “mulatização”, que imputa à mulher negra o papel de lasciva e insaciável. Submetidas à violência doméstica, preteridas no mercado de trabalho e exploradas no serviço doméstico, elas precisam resistir às péssimas condições de trabalho e ao assédio moral dos patrões.

Por outro lado, o fenômeno da ‘xuxalização’⁹, no qual crianças negras cresceram subordinadas à “rainha dos baixinhos”, sem creches, sem espaço para brincar, vítimas do racismo na sala de aula, preteridas de festas escolares, vinculadas ao crime, à pobreza e à animalização.

A violência que atinge as jovens mulheres negras chega a um crescente de mortes, inúmeras vezes relacionadas aos aspectos afetivos e/ou envolvimento com o tráfico de drogas. Essas jovens mulheres negras são vítimas de agressões e mortes, o que mostra que a violência

doméstica, em inúmeros casos, também está relacionada ao tráfico e não se restringe ao universo masculino.

A violência contra as jovens negras é de âmbito mais interno e está vinculada com agressão que leva à morte, principalmente se elas se relacionam com jovens inseridos em trajetórias de marginalização e tráfico de drogas, sobretudo quando há acertos entre facções nas situações de briga e acertos de conta. Quando esses jovens não são encontrados, elas podem se transformar em vítimas potenciais, chegando a óbito. Elas sofrem violência de todo o tipo, além da sexual, sem expressar reação. Elas perdem a liberdade, pois os parceiros exercem poder coercitivo e as impedem de estabelecer uma rede de relacionamentos mais ampla, principalmente com jovens do sexo oposto.

Para as jovens negras, os relacionamentos afetivos implicam redução da socialização por imposição dos namorados, que, inumeráveis vezes,

9. DESENVOLVI ESTE CONCEITO PARA REAFIRMAR QUE O FENÔMENO DO BRANQUEAMENTO ENVOLVE OS MECANISMOS DA CRIAÇÃO DE UM MITO, ALICERÇADO NA ILUSÃO TELEVISIVA, PROJETANDO NUM CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO QUE FAZ A LOURA ESGUIA DE OLHOS AZUIS SER RAINHA DE SÚDITOS NEGROS, E POBRES COLONIZADOS. O FENÔMENO XUXA FOI UM PERFEITO EXEMPLO DAS DISFUNÇÕES DA TELEVISÃO BRASILEIRA E DAS INFLUÊNCIAS MIDIÁTICAS PRODUZIDAS NOS ÚLTIMOS ANOS. XUXA, A RAINHA QUE TRAZIA COR ÀS MANHÃS TORNAVAM TOTALMENTE INVISIBILIZADAS AS CRIANÇAS NEGRAS E INDÍGENAS. TODAS AS CRIANÇAS QUERIAM SER BRANCAS, RAINHAS E LOIRAS.

imprimem um sentido de posse e atuam como censores daquilo que elas podem ou não fazer, chegando até a delimitar os lugares frequentados e as amizades cultivadas, enfim, tudo para satisfazer o machismo. Quando elas desobedecem, apanham. Se rompem o relacionamento, são mortas.

Mesmo com todos os avanços historicamente conquistados pelas mulheres negras em relação aos direitos no combate ao racismo, a violência contra a mulher, sobretudo no domínio afetivo, ainda não foi modificada, mesmo com a Lei Maria da Penha. Chefes de família, as mulheres negras seguem sendo mortas. Portanto, é muito importante que essas jovens estejam muito determinadas a desenvolver a coragem necessária para ultrapassar essa situação de violência, ampliando a capacidade de enfrentamento para não se deixarem intimidar por namorados, maridos e 'ficantes'. Quando não se relacionam com homens, elas precisam se proteger da sociedade lesbofóbica, que também agride e mata.

A partida

Quando ocorre um homicídio, dificilmente a família da vítima consegue permanecer no lugar. Seja pela impossibilidade de convivência com os algozes diante da lembrança da filha e/ou do filho cruelmente executados ou mesmo para manter a integridade física e a vida das demais pessoas que habitavam a casa e até mesmo o bairro onde ocorreu o crime. É necessário, sair, para que haja um restabelecimento em outro contexto, se possível, bem longe de intimidações que por vezes partem de agentes do Estado quando são responsáveis por execuções. Entretanto, a família que não tem alternativas acaba permanecendo e, infelizmente, perde a liberdade de trânsito na região onde mora.

Entre as grades de ferro e a bala no peito

Ressalto que a discriminação racial e as desigualdades fazem com que a população negra, especificamente a juventude negra, viva uma situação de discriminação estrutural na qual seus direitos de acesso

ao ensino superior, saúde, trabalho, moradia digna, entre outros, são gravemente afetados. Tais fatores podem levar à conjuntura que caracteriza o genocídio da população negra.

Quando o cenário é de encarceramento, a população negra vive em condições sub-humanas. A superlotação é uma forma de tortura por conta da falta de ar e luz nas celas, seguida pela ausência de espaço e pouca água. Novos métodos de tortura têm sido impostos, como a proibição de visitas, do acesso à papel e caneta; e frutas, comida, em decomposição, ausência de tratamento de saúde, espancamentos em massa, uso de *spray* de pimenta e choques elétricos.

No caso das mulheres, a rigidez é ainda mais intensa, com espancamentos, desnudamento diante de agentes penitenciários, represálias, ameaças de suspensão de visitas e, a maior de todas as torturas para as mulheres, ausência de informação sobre os processos e os filhos. Embora a maioria das prisões sejam provisórias e a condenação

por tráfico de drogas, elas sofrem a morte em vida, de forma lenta e gradual veem o desaparecimento da existência.

Sendo assim, surge o questionamento fundamentado pelo pensamento criminológico crítico contemporâneo, se a população negra é o alvo preferencial do sistema punitivo brasileiro e das agências de controle social formal, estamos ou não estamos diante do genocídio? Quando não morrem na mesa do parto, morrem pela bala perdida, que perfura o corpo 80 vezes, quando não morrem nos bancos dos hospitais à espera de atendimento, quando não nas enchentes, nos desmoronamentos das construções inadequadas, nas quedas das barragens como Brumadinho, nos incêndios nas favelas; se extermina através de uma prática genocida, médicos, médicas, advogados, advogadas, professores, professoras, cientistas, físicos, físicas, esportistas, possíveis medalhistas, técnicos agrícolas, engenheiras agrícolas, engenheiras e engenheiros civis. Detentores de um conhecimento ancestral são hoje conside-

rados inutilizados pelas formas mais cruéis de se ceifar a existência humana.

Pacote Moro – um embrulho mal feito!

A população negra foi amplamente contemplada, já logo no início dos pontos polêmicos ao desembrolhar o “pacote”, a juventude negra é contemplada com a alteração do § 2º do artigo 23 do CP, no qual é assegurado ao juiz, nos casos de “confrontos com troca de tiros”, em determinados casos, o uso da “excludente de ilicitude” onde é possível aplicar apenas a metade da pena imposta ou mesmo deixar de “aplicar a pena”. Cabe destacar que tal procedimento também pode se estender no caso da lei “retroagir” sob a ótica da “surpresa, violenta emoção” nos casos de feminicídios. A inclusão da legítima defesa! Onde não é comprovado o risco. A Licença para Matar...

Também cabe atenção à criação do dispositivo 309-A no Código de Processo Penal (CPP) que a autoridade policial, poderá deixar de efetuar a prisão caso observe os sinais de “excludente de ilicitude”.

Os autos de resistência

No projeto apresentado pelo ministro da Justiça Sérgio Moro, somos mais uma vez brindados com a figura do “excludente de ilicitude”, que compreende a “legítima defesa”, que já existe, porém há necessidade de um procedimento: a “avaliação do Juiz”, porém é necessário o registro da ocorrência, e a polícia tem que investigar.

Doação de perfil genético

Sem contar com a obrigatoriedade de doação de material genético, para presos, provisórios e condenados, a necessidade de um banco de perfil genético não se sabe para quem e nem pra quê. As teorias de Lombroso ganham força neste pacto que ultraja a dignidade humana em dimensões inimagináveis em busca da execução da existência da população negra de forma perfeita. ■

REFERÊNCIAS

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A relação entre chacinas e feminicídio a partir de notícias de jornal

SOFIA HELENA TOLEDO E JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO

SOFIA HELENA TOLEDO

É GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (USP) E ESTAGIÁRIA NO PROJETO E NA PESQUISA DE CHACINAS.

JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO

É PÓS-DOUTORANDA EM PSICOLOGIA SOCIAL (USP), DOUTORA E MESTRE EM DEMOGRAFIA (UNICAMP) E PESQUISA FEMINICÍDIOS, MORTALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.

CIRCUITO FORA DO EIXO



Infelizmente, no Brasil estão se diversificando e intensificando as cenas de violência e terror nas ruas e lares, convertendo o cotidiano das pessoas em tragédias diárias. Não são raras as vezes em que nos deparamos com notícias de chacinas e das mais variadas mortes por violência como manchetes de jornais. Os feminicídios, embora menos frequentes como motivação das chacinas, também estão entre esses episódios de extrema violência. A relação entre chacinas e feminicídio é

pouco explorada como objeto de estudo, mas tentaremos demonstrar aqui como esses homicídios múltiplos, denominados chacinas, são atravessados pela violência de gênero através de dados extraídos de notícias de jornal.

A necessidade de se pensar a dinâmica relacional entre chacina e feminicídio advém do volume considerável de ocorrências classificadas como “feminicídio e casos associados” no banco de dados construído pela pesquisa

“Chacinas e a politização das mortes no Brasil”, do projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo. O banco de dados abarca os casos de chacinas divulgados na imprensa brasileira de 2015 a 2018, nele foram localizados 14 casos de feminicídio.

A teorização sobre os feminicídios é fundamental para interpretar esses assassinatos. Em 1992, as feministas Diana Russel e Jill Radford produziram a coletânea *Femicide: the politics of woman*

killings, nela ele foi entendido como sendo o assassinato misógino de mulheres por homens e como a forma mais extremada de violência sexual, tentativa de controlar o corpo e a sexualidade da mulher. No Brasil, o Código Penal foi alterado em 2015 para incorporar a categoria e, por seu pouco tempo de aplicação, ainda não foi utilizado para analisar as chacinas.

O parricídio é uma figura penal que diz respeito ao assassinato de familiares diretos. Decidimos aplicar esta categoria para entender o assassinato de mulheres por seus cônjuges em que houve também o extermínio dos filhos e outros parentes da vítima e os casos de assassinato da mãe pelo filho e de outros filhos da vítima (irmãs e irmãos). Foi possível notar nos dados coletados pelo projeto que quando a chacina era motivada pela misoginia, o extermínio dos familiares diretos da vítima foi recorrente.

Encontramos no banco sete chacinas que poderiam ser classificadas como feminicídios/parricídios, pois estavam conectadas principalmente ao fato da vítima ter se separado do agressor,

e, em um dos casos, a vítima e sua família foram exterminadas por motivo de ciúmes. Todos estes casos exalam um alto teor de ódio misógino contra suas vítimas, majoritariamente mulheres e seus descendentes diretos, na maioria das vezes também mulheres. Revelam ainda premeditação e desprezo à vida das mulheres e seus familiares. Em diversos casos, o suicídio foi o desfecho final do projeto feminicida, demonstrando a complexidade e variedade da violência letal de gênero e seus efeitos radioativos.

Um outro caso foi a chacina com característica de execução, ou seja, assassinatos encomendados. Foram classificados como execução no nosso quadro síntese e pudemos notar que estes casos foram os que envolveram um número maior de agressores, ainda quando não se tem certeza da quantidade, sabe-se que a ação é em grupo. Além do número de agressores, o fato deles não conhecerem as vítimas se distancia de algumas das principais recorrências no feminicídio, mas ainda é possível perceber como são atravessados por questões de gênero quando um

deles ocorreu em uma casa de prostituição (caso 1), ou ainda quando vítimas foram arrancadas de dentro de casa em roupas íntimas para serem executadas na rua (caso 6).

No quadro a seguir são exibidos os casos localizados como chacinas e apresentados de forma sintética. Os 14 casos de chacina em que a motivação foi feminicídio e casos associados, não lograram classificar a raça, cor das vítimas, mas pudemos, em dois casos, encontrar mulheres brancas e negras. Por mais que os casos sejam diferentes entre si, variando o número de vítimas fatais, agressores, a diversidade regional, existem pontos em comum como ódio misógino e a premeditação expressa nas ocorrências. Além disso, foi possível identificar três motivações principais que abarcam a maioria destes casos, a execução, a separação/ciúmes e o parricídio. Estas análises preliminares apontam para a necessidade da inclusão a temática de gênero nas análises das chacinas, como forma de demonstrar tanto a variedade dos crimes de gênero quanto a variedade das chacinas. ■

Quadro síntese de chacinas relacionadas ao feminicídio

Caso	Ano	Vítimas	UF	Agressor	Local	Cor das vítimas	Arma	Motivo
1	15/07/2015	7 mulheres	Itajá/RN	4 homens	Casa de Prostituição	Todas negras	Armas de fogo	Execução
2	09/08/2015	3 mulheres e 1 criança familiares	Porto Alegre/RS	1 homem ex-namorado	Residência	Não há informação	Faca	Parricídio/Separação
3	02/10/2015	4 mulheres e 1 homem familiares	Extrema/MG	1 agressor que se suicidou ex-policia militar	Residência	Não há informação	Arma de fogo	Parricídio/Separação
4	04/10/2015	3 mulheres e 1 homem	Madeiro/PI	1 agressor	Residência	Não há informação	Faca	Separação
5	02/06/2016	3 mulheres e 2 crianças/familiares	Porto Alegre/RS	1 agressor ex-policia militar	Residência	Não há informação	Arma de fogo	Parricídio/Separação
6	23/08/2016	3 mulheres	Alvorada /RS	-	Via Pública	Não há informação	Arma de fogo	Execução
7	15/10/2016	3 mulheres	Fortaleza/CE	Grupo de homens	Bar	Não há informação	Arma de fogo	Execução
8	21/12/2016	6 vítimas fatais	Jaboticabal /SP	1 agressor	Casa de Prostituição	Não há informação	Arma de fogo	Violência Sexual
9	01/01/2017	9 mulheres, 1 criança e 2 homens/familiares	Campinas/SP	1 agressor se suicidou	Residência	Todas brancas	Arma de fogo	Parricídio/Separação
10	27/02/2017	2 mulheres e 1 homem/familiares	Cunha Porã/SC	1 agressor	Residência	Não há informação	Faca	Parricídio/Separação
11	09/03/2017	4 mulheres	Paciência/RJ	1 agressor ex-namorado	Via Pública	Não há informação	Arma de fogo	Facção Criminosa
12	28/03/2017	1 mulher e 3 crianças/familiares	Petrópolis/RJ	3 agressores	Residência	Não há informação	Arma de fogo	Separação
13	12/08/2017	3 mulheres / familiares	Divinópolis/MG	1 agressor que se suicidou PM	Residência	Não há informação	Arma de fogo	Parricídio/Ciúmes
14	30/10/2017	3 mulheres e 2 homens familiares	Campinas/SP	1 agressor	Residência	Não há informação	Arma de fogo	Parricídio/Separação

* Dados de 2015 a 2018 do banco de chacinas em construção, do projeto Reconexão Periferias pela Fundação Perseu Abramo, realizado a partir da coleta de casos divulgados em veículos jornalísticos

■ **Norte**

Acre

Cineclube Filosofia

Data: 30/11
 Horário: 15h às 18h
 Local: Cine Teatro Recreio AC
 Rua Senador Eduardo Assmar, 0
 Rio Branco

Amapá

Roda de Tambor - Coisa de Preto

Data: todo domingo
 Horário: a partir das 18 horas
 Local: Sankofa - Rua Beira Rio 1488
 Orla do Santa Inês - Macapá

Amazonas

**II Simpósio Amazonense
 Multidisciplinar em Saúde da Mulher**

Data: 28, 29 e 30/11
 Horário: a partir das 8 horas
 Local: Auditório Dep. Belarmino Lins
 ALEAM - Av. Mário Ypiranga Monteiro
 (Antiga Recife). Ed. Dep. José de Jesus L
 Obs: ingresso de R\$ 35,00 a R\$60,00

Festival de Iemanjá

Data: 29/11 a 31/11
 Horário: a partir das 18 horas
 Local: Praia da Ponta Negra- Manaus

Vatapá de Iansã

Data: 04/12
 Horário: 19 horas
 Local: Terreiro Eira de Mina Nagô
 Manaus

**Batalha de MC's, Batalha de Break,
 Graffiti, Roda de conversa**

Data: 24/11
 Horário: 10h às 20h
 Local: Centro de convivência do bairro
 do mutirão/ ARAR

Pará

**Workshop de danças africanas
 (afrodance)**

Data: 16/11
 Horário: 15h às 17h
 Local: Studio de danças Lucinha
 Azeredo(Rua Boaventura da Silva, 1290
 entre 14 de março e Alcindo Cacela)
 Valor: R\$35,00. Grupo com 4 pessoas,
 R\$ 30,00 para cada

Veg Casa 10 anos (go vegan, antifa)

Data: 15/12
 Horário: 16h às 22h
 Local: Espaço Raio que o Parta - Rua
 Ferreira Cantão, 278 - Campina
 Obs: Entrada: um 1kg de alimento para
 gato também estaremos arrecadando
 medicamentos e material de
 higienização, como água sanitária, sabão
 e desinfetante

Rondônia

III Edição do Feirão das Manas

Data: 16/11
 Horário: 17 horas
 Local: Casa Praiana Eventos - Rua Alvaro
 Maia, 2044 - São Cristóvão, Porto Velho

Roraima

Festival Traça

Data: 16/11
 Horário: a partir das 16h30
 Local: Travessa Venezuela, 78, Mecejana
 Boa Vista

Tocantins

**Clube de Leitura do Sesc - Livro: Fique
 Comigo - Ayòbámi Adébáyò**

Data: 28/11
 Horário: 18h às 20h
 Local: Biblioteca do Centro de Atividades
 Sesc Palmas - 502 Norte
 Palmas

■ Nordeste

Alagoas

11° Viva Zumbi, Palmares 2019

Data: 30/11 e 01/12

Horário: a partir das 16 horas (30/11) e 12 horas (01/12)

Local: Casa Do Patrimônio e Sede do IPHAN em Alagoas

Bahia

4° Semana de Hip Hop - Workshop de danças urbanas (teoria e prática)

Data: 15/11

Horário: a partir das 8 horas

Local: ONG PASPAS

Espectáculo KAIALA

Data: 09 a 23/11

Horário: 20 horas

Local: Teatro SESI - R. Borges dos Reis, 9 Rio Vermelho, Salvador

Ingressos: R\$ 30,00 e R\$ 15,00

Ceará

I Mostra de Cenas de Teatro do Oprimido do CEDECA Ceará

Data: 30/11

Horário: a partir das 16 horas

Local: Teatro Marcus Miranda, Centro Cultural Grande Bom Jardim

Rua 3 Corações, 400 - Fortaleza

Minicurso Dança Negra Contemporânea

Inscrições na página do CCBJ

Data: todos os sábados de novembro

Horário: 14h às 18h

Local: Centro Cultural do Bom Jardim Fortaleza

Apresentação do espetáculo "Eu sou nós e as andorinhas"

Data: 22, 23 e 24/11

Horário: 19 horas

Local: Centro Cultural do Bom Jardim

(dia 22/11) e Parque do Cocó (23 e 24/11)

ANAGRAMA CONVIDA - Roda de diálogo: Artes Negras e Existências, oficinas facilitadas pelos três artistas, Nayana Castro, Gerson Moreno e Tsumbe Maria, apresentações artísticas e também lançamento de livros

Data: 06 e 07/12

Horário: 18h às 22h (dia 06);

9h às 22h (dia 07)

Local: Espaço Cultural Moa do Katendê

Maranhão

12° Encontro Nacional de Capoeira em São Luís

Data: 28/11 a 01/12

Horário: a partir das 19 horas do dia 28

Local: Escola Comunitária João de Deus Avenida Tales Neto - São Luís

Paraíba

Curso de Agricultura Urbana

Data: 16 e 17/11

Horário: a partir das 12 horas

Local: Território Macuxí o Pantanal Paraibano

I Festival Anaydes

Data: 30/11

Horário: 15h às 22h

Local: Parque Cultural Casa da Pólvora

Marcha da Negritude Unificada pela Democracia contra o Racismo

Data: 19/11

Horário: a partir das 14 horas

Local: Concentração em frente ao Teatro Santa Roza

V Movimento Artístico Étnico-Racial da Escola da Penha

Data: 22/11

Horário: a partir das 8 horas

Local: Escola Municipal Antônio dos Santos Coelho Neto

Pernambuco

I Plano Municipal de políticas de promoção da igualdade racial do Recife - juventude, mulheres, população LGBT e direito a cidade

Data: 19/11
 Horário: 15h
 Local: Núcleo Afro - Pátio de São Pedro

I Plano Municipal de políticas de promoção da igualdade racial do Recife - povos tradicionais

Data: 26/11
 Horário: 15h
 Local: Núcleo Afro - Pátio de São Pedro

Piauí

Juventudes e Desigualdades: Violências e Dinâmicas Criminais

Data: 19/11, 20/11 e 21/11
 Horário: 8h às 18h
 Local: Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL UFPI - Teresina

Rio Grande do Norte

Batalha da Consciência

Data: 22/11
 Horário: 14h às 21h30
 Local: Praça João XXII, Lagoa Nova - Natal

Sergipe

Sarau Entre Guettos

Data: 14/12
 Horário: 16hs
 Local: Avenida Auxiliar Vasco da Gama do lado do Mercadinho Azulão

■ **Centro-Oeste**

Distrito-Federal

Grupo de Mulheres: Mural dos Sonhos - Tulipas do Cerrado

Data: 23/11
 Horário: 14h às 16h

Local: Núcleo Bandeirante área aberta com parques

OBS: atividade com as crianças e filhos acontecendo simultaneamente ao grupo de convivência

Cine Tijolada para população em situação de rua - Tulipas do Cerrado

Data: 27/11
 Horário: 18h
 Local: Setor Comercial Sul Distrito Federal

Goiás

Terça no Teatro apresenta: Orquestra de Violeiros do Estado GO

Data: 03/12
 Horário: 20h
 Local: Teatro SESI GO
 Ingressos: Doação de 2 kg de alimentos ou 1 livro literário

Mato Grosso

2ª edição do Projeto Negritude 2019

Data: 15/11
 Horário: a partir das 8hs
 Local: Praça da Fé

Mato Grosso do Sul

O Protagonismo das Mulheres Negras no MS - I Semana da Consciência Negra UFMS

Data: 20/11
 Horário: 14h
 Local: Laboratório Multiuso UFMS - Cidade Universitária, Campo Grande

■ **Sudeste**

Espírito Santo

Encontro das Pretas 6ª Edição

Data: 17/11
 Horário: 10h às 21h
 Local: não definido ainda

Minas Gerais

Celebração do Dia da Consciência Negra em Contagem

Data: 20/11

Horário: 14h às 22h

Local: Praça da Jabuticabá - Contagem

Pisada de Caboclo

Data: 23/11

Horário: 9h às 12h

Local: Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado Itapoã, Belo Horizonte

XVIII Jornada Estadual da Juventude Kolping de Minas Gerais

Data: 15, 16 e 17/11

Local: Comunidade Kolping Pe. Teodoro da Vila Belém, 31 - F.: 3475-3588

Rio de Janeiro

Cortejo da Ciata

Data: 20/11

Horário: 10h às 17h

Local: Centro de Artes Calouste Gulbenkian - Rua Bento Hlpólito, 125 Praça Onze - Rio de Janeiro

São Paulo

Pré-Lançamento do novo Álbum do Rap Plus Size "A Grandiosa Imersão Em Busca do Novo Mundo" com convidados especiais

Data: 20/11

Horário: a partir das 18h

Local: Sesc Vila Mariana - Rua Pelotas, 141 Vila Mariana

Espectáculo: (In)justiça - Com Companhia Teatro de Heliópolis

Data: 15/11 a 08/12

Horário: Sextas e sábados às 20h, domingos às 17h

Local: Sesc Belenzinho - Sala de Espectáculos I (120 lugares)

Obs: R\$ 30,00 (inteira); R\$ 15,00 (meia-entrada); R\$ 9,00 (Credencial Plena do Sesc).

Festival Gastronômico - Projeto Açaçá Sabores e Encantos

Data: 07/12,

Horário: 18h

Local: Sede Coletivo Cultural ILÉ ÌYÁ ÓDÒ ÀSÈ ALÁÀFIN ÒYÓ - Rua Moé, 438 - Vila Ré

■ Sul

Paraná

20ª Parada da Diversidade LGBTI de Curitiba

Data: 01/12

Horário: a partir das 11h

Local: Praça 19 de Dezembro Rua Barão Do Serro Azul 459

Rio Grande do Sul

Domingo Black no Viaduto da Igreja São Jorge

Data: 15/11

Horário: a partir das 9h

Local: Viaduto da Igreja São Jorge

I Seminário Estadual sobre Políticas Públicas de Gênero

Data: 28/11

Horário: 09h às 17h

Local: Tribunal de Contas do Estado - Auditório Romildo Bolzan Rua 7 de setembro, 388 Centro Histórico de Porto Alegre

Santa Catarina

Feira Afro Artesanal especial Consciência Negra

Data: 19/11

Horário: a partir das 10h

Local: Feira Afro Artesanal - Escadaria Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis

Cerimônia de abertura dos festejos em comemoração ao dia nacional da Consciência Negra de Indaial e região

Data: 16/11

Horário: a partir das 9h

Local: Av. Getúlio Vargas, 126 - Centro, Indaial

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Concurso Literário de Fábulas: Era uma Vez	Cada autor pode concorrer com até duas fábulas inéditas. A fábulas devem, necessariamente, iniciar com a expressão "Era uma vez"; conter um vilão, um herói, um personagem ou objeto mágico; apresentar uma moral da história e terminar com um final feliz e a expressão "fim".	05 a 31 de dezembro/2019	https://www.cnne.net.br/era-uma-vez
Prémio Literário UCCLA: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa	Promovido por uma iniciativa conjunta da UCCLA, Editora A Bela e o Monstro e Movimento 2014, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, o Prémio Literário UCCLA – Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa objetiva estimular a produção de obras literárias, nos domínios da prosa de ficção (romance, novela, conto e crónica) e da poesia, em língua portuguesa, por novos talentos escritores.	até 31 de janeiro/2020	https://www.uccla.pt/premio-literario-uccla
Seleção e credenciamento de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de apresentação de atividades artístico-culturais (narração de histórias literárias, oficinas e workshops)	O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP), contrataprestadores de serviços para narração de histórias literárias, oficinas e workshops, que estejam em consonância com as diretrizes institucionais do SESI-SP, visando democratizar e ampliar o acesso à cultura, bem como incentivar e difundir a multiplicidade e a diversidade das linguagens e tendências artísticas, voltados à formação de leitores e ao fomento da produção artística.	13 de maio de 2019 a 12 de maio de 2020	https://www.sesisp.org.br/cultura/editais
Edital nº 2 – Prêmio de Incentivo à Publicação Literária, 200 Anos de Independência	O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria de Economia Criativa, lançou edital para premiar obras literárias inéditas que abordem de forma livre a temática dos 200 anos da Independência do Brasil, comemorados em 2022. Vinte trabalhos serão contemplados com R\$ 30 mil cada.	11 de outubro de 2019 a 25 de novembro de 2019	http://cultura.gov.br/documentos/edital-no-2-premio-de-incentivo-a-publicacao-literaria-200-anos-de-independencia/

Edital de Incentivo à Cultura e ao Esporte - AES Tietê	Seleção de projetos relacionados à cultura, educação e esporte alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O edital contempla municípios de BA, MG e SP.	Contínuo	https://prosas.com.br/editais/4532-selecao-de-projetos-de-incentivo-a-cultura-e-ao-esporte-leis-federais
Fundo de Ação Urgente (Urgente Action Fund) – Por los Derechos de las Mujeres	Fundo feminista para a América Latina e Caribe, que procura fortalecer as ativistas e seus movimentos sociais	Contínuo	https://fondoaccionurgente.org.co/
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Fundo que visa a justiça, governos democráticos e direitos humanos na América Latina e no mundo.	Contínuo	https://www.opensocietyfoundations.org/
Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE)	Projetos nas áreas de Artes visuais; Audiovisual; Circo; Dança; Literatura, livro e leitura; Música; Ópera; Patrimônio cultural material e imaterial; Povos, comunidades tradicionais e culturas populares; Teatro.	14 de outubro até 17h50 do dia 28 de novembro	http://www.comunicacao.pr.gov.br/Noticia/Confira-o-terceiro-edital-do-Profice
Sesc Santa Catarina recebe inscrições para seleção de projetos artísticos e culturais 2020	Podem ser cadastradas propostas nas áreas de literatura, artes cênicas, música, artes visuais, audiovisual e produção cultural. O objetivo é selecionar espetáculos para os projetos Baú de Histórias, Rede de Teatros Sesc, exposições para a Rede Sesc de Galerias e compor um banco de propostas de oficinas que ficará à disposição do Sesc para construção da sua programação de 2020.	Até 18 de novembro	https://sesc.idcult.com.br/